

RECURSO ESPECIAL Nº 1.859.335 - CE (2020/0019031-4)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : DASS NORDESTE CALÇADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S.A
ADVOGADA : CÉLIA CELINA GASCHO CASSULI - SC003436B
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A., com amparo nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da CF/1988, contra acórdão proferido pelo TRF da 5ª Região assim ementado (e-STJ, fls. 10.099-10.100):

CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. REINTEGRA. ART. 150, III, 'C' DA CF. LEIS NS 12.546/2011 E 13.043/2014. REGULAMENTAÇÃO. DECRETOS NS 8.415/2015, 8.543/2015 E 9.393/2018. LEGALIDADE. CONSTITUCIONALIDADE.

1. Trata-se de apelação interposta por DASS NORDESTE CALÇADOS F. ARTIGOS ESPORTIVOS S/A contra sentença proferida pelo Juízo da 4ª Vara Federal da SJ/CF. que denegou a segurança impetrada, na qual a impetrante objetivava: a) garantia que o REINTEGRA seja calculado no percentual de 3% desde a data de sua reinstituição pela MP nº 651/2014 (convertida na Lei nº 13.043/2014), sem as reduções trazidas pelos Decretos nºs 8.415/2015, 8.543/2015 e 9.148/2017; b) restituição/compensação dos valores pagos indevidamente; c) sucessivamente, a aplicação do princípio da anualidade com relação à vigência dos Decretos nºs 8.415/2015, 8.543/2015 e 9.148/2017, assegurando a compensação dos valores apurados; d) subsidiariamente, a declaração do direito de a impetrante apurar o crédito relativo ao REINTEGRA mediante a aplicação dos percentuais elencados na petição inicial.

2. Em razão disso, a apelante defende a ilegalidade e inconstitucionalidade das alterações trazidas pelos Decretos nºs 8.543/2015 e 9.393/2018, sob o argumento de que a redução do percentual do benefício fiscal do REINTEGRA, na forma determinada pelos referidos decretos, teria violado os princípios da legalidade, anterioridade nonagesimal e anterioridade anual.

3. O Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (REINTEGRA) foi, inicialmente, instituído pela Lei nº 12.546/2011, decorrente da conversão da Medida Provisória nº 540/2011, mantendo-se sob a égide de tal norma até 31/12/2013. tendo por objetivo a devolução, parcial ou integral, do resíduo tributário remanescente na cadeia de produção de bens exportados. Posteriormente, por intermédio da Lei nº 13.043/2014, a benesse fiscal foi novamente instituída, possibilitando à pessoa jurídica exportadora a apuração de crédito mediante a aplicação de percentual a ser estabelecido pelo Poder Executivo entre 0,1% c 3% sobre a receita auferida com a exportação dos bens. Em seqüência, o Poder

Executivo Federal editou os Decretos n°s 8.415/15, 8.543/15 e 9.393/2018. que promoveram redução do percentual da subvenção, isto é, do aproveitamento integral dos créditos concedidos no aludido programa.

4. O Decreto n° 8.415/2015 reduziu o percentual do crédito para 1% de 01.03.15 a 01.12.16; 2% de 01.01.17 a 31.12.17; e 3% de 01.01.18 a 31.12.18. Com a edição do Decreto n° 8.543/2015, os percentuais passaram a ser de: 1% de 01.03.15 a 30.11.15; 0,1% de 01.12.15 à 31.12.16; 2% de 01.01.17 à 31.12.17; e 3% entre 01.01.18 a 31.12.18. Na sequência, o Decreto n° 9.148/2017 alterou o percentual para 2% no período de 01.01.2017 a 31.12.2018. O recente Decreto n° 9.393/2018 manteve o percentual de 2% apenas de 01.01.2017 a 31.05.2018, reduzindo-o para 0,1% a partir de 01.06.2018.

5. Nesse contexto, e m que pese o esforço argumentativo da apelante, inexistem razões jurídicas para alterar o entendimento firmado na sentença recorrida. Primeiro, porque o REINTEGRA é um favor financeiro incondicionado em forma de subvenção, sendo certo que sua redução, por estar associada a uma medida político-econômica de natureza extrafiscal adotada pelo governo federal, não está sujeita ao princípio da anterioridade anual ou nonagesimal. Segundo, porque a própria legislação de regência estabeleceu percentuais mínimo e máximo do crédito concedido no programa, facultando ao Poder Executivo reduzi-lo ou restabelecê-lo, desde que dentro dos parâmetros legalmente fixados (caso dos autos), pelo que se afasta também a alegação de afronta aos princípios da não-surpresa, da confiança e da segurança jurídica. Ademais, a redução do benefício fiscal em análise não implica instituição ou majoração de tributos, tampouco isenção tributária, não havendo porque se falar em ilegalidade ou inconstitucionalidade dos decretos regulamentares, quanto ao disposto no art. 150, III, alíneas b e ñ, e no art. 195, § 6º, da CF/88. Precedentes: TRF3, AMS 5092020164036120 SP. Des. Federal Johonsom Di Salvo. DJ 16/03/2017; TRF3. 0005027-26.2015.4.03.6108, Rel. Desembargadora Federal Consuelo Yoshida, DJ 12/09/2017.

6. Como bem anotado na sentença, "o STF já entendia, de longa data, que os postulados da anterioridade anual e da anterioridade nonagesimal estão circunscritos às hipóteses de instituição e majoração de tributos. Segundo o posicionamento que havia sido consagrado na Suprema Corte, a supressão ou redução de benefício fiscal é questão vinculada à política econômica, que pode ser revista a qualquer momento, não estando restrita à observância dos princípios da anterioridade e da irretroatividade, ainda que reflexamente possa acarretar aumento da carga fiscal. Ressalte-se que as decisões proferidas pelo STF nos REs n°s 964.850 e 1.081.041, não possuem repercussão geral, não vinculando este juízo. Ademais, tais acórdãos utilizaram como premissa a ADI n° 2.325-0/DF, a qual cuidou de situação bastante diversa da que está em exame. Com efeito, a citada ADI dizia respeito à alteração de elementos nucleares da regra matriz de incidência do ICMS, interferindo na base de cálculo do imposto devido. Já no caso do REINTEGRA, a interferência se deu apenas sobre elemento externo ao cálculo do tributo".

7. Destarte, ausente o direito líquido e certo vindicado, a solução jurídica

deve convergir, de fato, para a denegação da segurança.

8. Apelação improvida.

Os embargos de declaração opostos contra a aludida decisão foram improvidos.

A recorrente alega a existência de contrariedade aos princípios da legalidade, anterioridade anual e nonagesimal.

Sustenta, ainda, haver divergência jurisprudencial em torno da aplicação dos princípios supramencionados.

Foram apresentadas contrarrazões.

Admitido o recurso especial na origem, os autos vieram-me conclusos.

É o relatório.

A admissibilidade do recurso especial reclama a indicação clara dos dispositivos tidos por violados, bem como a exposição das razões pelas quais o acórdão teria afrontado a cada um deles, não sendo suficiente a mera alegação genérica.

Dessa forma, levando em conta que a recorrente limitou-se a afirmar que os princípios da legalidade, anterioridade anual e nonagesimal foram ofendidos, sem indicar claramente quais dispositivos legais foram supostamente violados, o inconformismo se apresenta deficiente quanto à fundamentação, o que impede a exata compreensão da controvérsia, nos termos da Súmula 284/STF.

No ponto:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE OFENSA A DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL. SÚMULA N. 284/STF. ACÓRDÃO APOIADO EM PREMISSAS FÁTICAS. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - A jurisprudência desta Corte considera que, quando a arguição de ofensa ao dispositivo de lei federal é genérica, sem demonstração efetiva da sua violação, aplica-se, por analogia, o entendimento da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal.

III - In casu, rever o posicionamento do tribunal de origem, com o objetivo de acolher a pretensão recursal de afastar o dano moral, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7 desta Corte, assim enunciada: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

IV - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do

Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

V - Agravo Interno improvido.

(AgInt no REsp 1.853.118/SP, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 9/3/2020, DJe 12/3/2020)

Ademais, ainda que assim não fosse, o recurso não merece trânsito nesta Corte, pois o Tribunal de origem, ao decidir a controvérsia, assim o fez com suporte em dispositivos e princípios constitucionais. É o que se depreende da leitura dos seguintes trechos do acórdão recorrido:

Primeiro, porque o REINTEGRA é um favor financeiro incondicionado em forma de subvenção, sendo certo que sua redução, por estar associada a uma medida político-econômica de natureza extrafiscal adotada pelo governo federal, não está sujeita ao princípio da anterioridade anual ou nonagesimal. Segundo, porque a própria legislação de regência estabeleceu percentuais mínimo e máximo do crédito concedido no programa, facultando ao Poder Executivo reduzi-lo ou restabelecê-lo, desde que dentro dos parâmetros legalmente fixados (caso dos autos), pelo que se afasta também a alegação de afronta aos princípios da não surpresa, da confiança e da segurança jurídica. Ademais, a redução do benefício fiscal em análise não implica instituição ou majoração de tributos, tampouco isenção tributária, não havendo porque se falar em ilegalidade ou inconstitucionalidade dos decretos regulamentares, quanto ao disposto no art. 150, III, alíneas b e c, e no art. 195, § 6º, da CF/88.

Como bem anotado na sentença, "o STF já entendia, de longa data, que os postulados da anterioridade anual e da anterioridade nonagesimal estão circunscritos às hipóteses de instituição e majoração de tributos. Segundo o posicionamento que havia sido consagrado na Suprema Corte, a supressão ou redução de benefício fiscal é questão vinculada à política econômica, que pode ser revista a qualquer momento, não estando restrita à observância dos princípios da anterioridade e da irretroatividade, ainda que reflexamente possa acarretar aumento da carga fiscal. Ressalte-se que as decisões proferidas pelo STF nos REs nºs 964.850 e 1.081.041, não possuem repercussão geral, não vinculando este juízo. Ademais, tais acórdãos utilizaram como premissa a ADI nº 2.325-0/DF, a qual cuidou de situação bastante diversa da que está em exame. Com efeito, a citada ADI dizia respeito à alteração de elementos nucleares da regra matriz de incidência do ICMS, interferindo na base de cálculo do imposto devido. Já no caso do REINTEGRA, a interferência se deu apenas sobre elemento externo ao cálculo do tributo."

Quando a controvérsia é solucionada com fundamento em princípios ou dispositivos constitucionais, o recurso especial é inviável, sob pena de usurpação da competência reservada pela Constituição ao Supremo Tribunal Federal.

Confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. REINTEGRA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE ERRO MATERIAL NO ACÓRDÃO. EXISTENTE. EMENTA NÃO RELACIONADA AO CASO. NOVA EMENTA. MATÉRIA DECIDIDA COM FUNDAMENTO EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE NESTA CORTE.

I - Verifica-se que há erro material no acórdão embargado posto que a ementa do julgado não corresponde à matéria discutida nos autos e disposta no acórdão. Passa-se a corrigir o erro material para correção da ementa.

II - A questão controvertida, concernente à aplicação do princípio da anterioridade nonagesimal, foi decidida sob fundamento de cunho constitucional, transbordando os lindes específicos de cabimento do recurso especial. III - Assim, concluindo-se que o acórdão recorrido, ao dispor sobre a matéria, cingiu-se à interpretação de regramentos e princípios constitucionais, afasta-se, ipso facto, a apreciação da questão por este Tribunal, cuja competência está jungida à Excelsa Corte, ex vi do disposto no art. 102 da Constituição Federal, sob pena de usurpação daquela competência.

IV - A propósito, confirmam-se trechos do julgado recorrido, os quais corroboram o referido entendimento, litteris: "A anterioridade nonagesimal para as contribuições, ou do exercício financeiro para os impostos, consiste em um limite constitucional ao poder de tributar que visa proteger o contribuinte contra surpresas na majoração da carga tributária. Assim, toda alteração legislativa que implique aumento de carga tributária (seja na alíquota ou na base de cálculo, bem como na abrangência do fato gerador) deve obedecer, em se tratando de contribuição social, o previsto no §6º do art. 195 da CF. Contudo, entendo que a alteração da disciplina do creditamento do benefício O STF, de longa data, entende que 'os postulados da anterioridade anual e da anterioridade nonagesimal estão circunscritos às hipóteses de instituição e majoração de tributos'. (ARE 682631 AgR-AgR, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 25/03/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-082 DIVULG 30-04-2014 PUBLIC 02-05-2014). Bem por isso, segundo o entendimento da Suprema Corte, a supressão ou redução de benefício fiscal é questão vinculada à política econômica, cuja alteração não depende de submissão aos princípios da anterioridade e da irretroatividade, ainda que reflexamente possa acarretar aumento da carga fiscal. Para o STF, 'a revisão ou extinção de um benefício fiscal, que por se tratar de política econômica que pode ser revista a qualquer momento pelo Estado, não está restrita à observância dos princípios constitucionais da anterioridade e da irretroatividade. (AI 783509 AgR/SP, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Primeira Turma, julgado em 19/10/2010, DJe-220 DIVULG 16- 11-2010 PUBLIC 17-11-2010 EMENT VOL-02432-01 PP-00149)"

V - Verificado que a matéria veiculada no recurso especial é própria de recurso extraordinário, se apresenta evidente a incompetência do Superior Tribunal de Justiça para analisar a questão, sob pena de usurpação da

competência do Supremo Tribunal Federal. No mesmo sentido: AgInt no AREsp 862.012/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/08/2016, DJe 08/09/2016; AgInt no AREsp 852.002/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/06/2016, DJe 28/06/2016. Deve-se ressaltar também que há recurso extraordinário interposto nos autos, o que inviabiliza a providência prevista no art. 1.032 do CPC/2015.

VI - Por tais razões, agravo interno deve ser desprovido.

VII - Embargos acolhidos para, nos termos da fundamentação, corrigir erro material na ementa do julgado embargado.

(EDcl no AgInt no REsp 1.665.941/RS, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 7/6/2018, DJe 14/6/2018)

Quanto à divergência jurisprudencial, o mesmo óbice aplicável ao recurso especial interposto com base na alínea "a", impede a análise do recurso interposto com base na alínea "c" do permissivo constitucional.

No aspecto:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. PARCELAS VENCIDAS. PRESCRIÇÃO. ALEGADA VIOLAÇÃO AOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS, NO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCONFORMISMO. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

VII. É firme o entendimento desta Corte no sentido de que "os mesmos óbices impostos à admissão do recurso pela alínea a do permissivo constitucional impedem a análise recursal pela alínea c, ficando prejudicada a análise do dissídio jurisprudencial" (STJ, AgInt no REsp 1.503.880/PE, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 08/03/2018).

VIII. Agravo interno improvido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1.498.295/RS, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 3/3/2020, DJe 10/3/2020)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro Og Fernandes
Relator